



CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

SC Parcerias e Participações S.A. - SCPAR

2024

Ano base 2023

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade com a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Artigo 8º, incisos I e III, foi elaborada a presente Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. A Carta contempla a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas da empresa SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações, referente ao ano base de 2023, estão detalhadas a seguir.

ÍNDICE:

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS	2
ÍNDICE	3
1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	4
1.1 INTERESSE PÚBLICO	5
1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2 GOVERNANÇA CORPORATIVA	7
2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	7
2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	8
2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	9
2.3.1 Desempenho das subsidiárias e Filial (SCPAR Porto de São Francisco do Sul, SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de Laguna)	9
2.3.2 Desempenho da SCPAR	10
2.3.3 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios	13
2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	14
2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO	17
2.5.1 Matriz de riscos	17
REFERÊNCIAS	19

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Quadro 01 - Apresentação da SCPAR.

Identificação Geral	SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR
CNPJ:	07.293.552/0001-84
Endereço	Rodovia SC 401 - km. 5, nº 4.600 – bloco 4, 2º piso, Saco Grande, Florianópolis – SC
Tipo Estatal:	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador:	Estado de Santa Catarina
Tipo societário:	Sociedade Anônima
Tipo de Capital:	Capital Fechado
Abrangência de Atuação:	Nacional
Diretor Administrativo e Financeiro:	Jeferson Machado
Audidores Independentes atuais da empresa:	Audimec Auditores
Conselheiros Fiscais atuais da empresa:	Júlio Cesar Bernardi Cogo Sérgio Tadeu Macagnan Rogéria Pereira Machado
Administradores	Presidente: Marcelo Werner Salles Gisele de Faria Mário Povia Renato Dias Marques de Lacerda Luciane Corezzolla Decarli Sydney Hercílio da Rosa Rodrigo Mattos Moro Freibergue Rubem do Nascimento Diretor Presidente: Renato Dias Marques de Lacerda Diretor: Jeferson Machado Diretor: Gerson Luiz Schwerdt Diretor: Eduardo Antônio Sausen Diretor: Rodrigo Meyer Prisco Paraiso
Data da Divulgação Demonstrações Financeiras do Ano de 2023:	27/04/2024

1.1 INTERESSE PÚBLICO

A SCPAR é uma empresa de Economia Mista que atua na gestão portuária, na promoção de geração de investimentos no território catarinense e o desenvolvimento, gerenciamento e/ou a prestação de serviços de apoio à gestão de programas e projetos estratégicos de governo. Dessa forma, contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social catarinense.

O interesse público subjacente às atividades desenvolvidas pela Companhia está retratado em seus elementos estratégicos, especialmente nos seus valores norteadores, a saber:

- Excelência nos serviços;
- Zelo pelos ativos públicos;
- Foco em resultados;
- Valorização dos colaboradores;
- Gestão transparente.

1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

De forma a contribuir com as políticas públicas do Estado de Santa Catarina, assim como do Governo Federal, a SCPAR tem como objeto social, conforme descrito no Art. 4º de seu Estatuto Social:

- I. Promover a geração de investimentos no território catarinense;
- II. Promover e executar programa de parcerias e investimentos do Estado;
- III. Comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de outras empresas públicas ou privadas; e
- IV. Desenvolver e gerenciar projetos estratégicos de Governo.

E para cumprir os objetivos expressos acima, a Companhia poderá, de acordo com Art. 5º de seu Estatuto Social:

Estruturar ou participar de operações de mercado financeiro e de capitais, bem como outras modalidades de negócio que visem à promoção de investimentos, entre outros, em:

- I - aeroportos, inclusive seus acessos;
- II - educação, saúde, segurança pública e turismo;
- III - empreendimentos imobiliários e habitacionais;
- IV - geração e transmissão de energia;
- V - logística de todos os modais;
- VI - parques tecnológicos de inovação, ciência e tecnologia;
- VII - portos, marinas e obras costeiras;
- VIII - rodovias;
- IX - saneamento básico;
- X - sistemas de mobilidade urbana; e
- XI - telecomunicações, transmissão de dados e tecnologia da informação.

A empresa poderá ainda:

- I - celebrar com a Administração Pública Direta e Indireta os contratos que tenham por objeto: a) a elaboração de estudos técnicos, projetos, prestação de serviços; b) a locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão ou permissão de uso ou outra modalidade onerosa de alienação de ativos, equipamentos, instalações ou outros bens, vinculados ou não a projetos de parcerias público-privadas, de concessão ou de permissão;
- II - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso I deste artigo;
- III - contratar a aquisição de instalações e equipamentos, bem como a sua construção ou reforma, pelo regime de empreitada, para pagamento a prazo, que poderá ter início após a conclusão das obras, observada a legislação pertinente;
- IV - contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens integrantes de seu patrimônio;
- V - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;
- VI - emitir e distribuir valores mobiliários, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- VII - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;
- VIII - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;
- IX - contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como com organismos de fomento multilaterais e do terceiro setor;
- X- integralizar cotas em fundos de qualquer natureza; e
- XI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.

A atuação da empresa no segmento portuário tem como objetivo principal garantir a operação contínua dos Portos Delegados ao Estado, mantendo a qualidade dos serviços para que tenham condições de competitividade frente ao mercado. Através do princípio da transversalidade, a SCPAR vem aperfeiçoando a articulação e a uniformização de ações entre a estatal controladora (SCPAR) e estatais controladas (Portos Delegados), propiciando maior efetividade na gestão das instalações portuárias.

A atração de investimentos do setor privado para concessão e arrendamento das áreas disponíveis e serviços nos portos delegados é outro pilar de atuação da empresa, que apoia o desenvolvimento de projetos desse teor e busca a melhoria das operações e otimização dos resultados almejados. Assim a companhia corrobora com seu objetivo principal de gerar desenvolvimento econômico no território catarinense.

A SCPAR, além de explorar e administrar os três portos organizados delegados ao Estado, através de suas duas subsidiárias integrais e de uma filial (Porto de Laguna), atua como prestadora de serviços especializados no programa de parcerias público privadas e presta assessoria para o Estado por meio da articulação aos interessados em investir em Santa Catarina e realiza a gestão profissional e centralizada de ativos públicos.

Em um movimento inverso ao processo de desestatização pelo qual passa a administração pública brasileira, é crescente o movimento de criação de Agências de Atração de Investimentos e Estatais que apoiam a estruturação de projetos de PPP e Concessão.

A companhia pode ainda alargar a sua atuação através de suporte técnico especializado na Atração de Investimentos Privados empresariais, por atuar desde a sua criação lado a lado à iniciativa privada, sendo reconhecida nacionalmente como um ponto de apoio ao empreendedor, tanto pela iniciativa privada como por seus pares em outros Estados e no Governo Federal.

Neste sentido, atuar na geração de investimentos oferecendo suporte técnico operacional a Secretarias de Estado e a Órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de Santa Catarina, estruturando projetos de desestatização de serviços públicos, precedidos ou não de obra pública (nas modalidades comum, patrocinada e administrativa) e na estruturação de projetos para alienação de ativos (participações acionárias em empresas, estatais ou privadas, pertencentes ao estado e imóveis).

A iniciativa privada tende a apoiar a criação, uma vez que a expertise e agilidade na prestação destes serviços públicos geram melhorias significativas no ambiente de negócio nos Estados, facilitando a atração de investimento privado, seja esse para instalação de novas empresas, seja para operação de serviços e ativos públicos delegados.

A SCPAR também atua capitalizando empreendimentos públicos ou privados, seja através de participações acionárias direta, fundos de investimentos, ou ainda outras modalidades de capitalização que não sejam financiamentos regulados pelo Banco Central.

Por esta razão a companhia pretende alargar a sua atuação assumindo o papel de Agência de Atração de Investimentos, promover uma gestão profissional e centralizada de ativos públicos, atuar como prestadora especializada de parcerias pública privada, bem como manter e aprimorar a eficiência operacional dos dois portos delegados de Imbituba e São Francisco do Sul, além de concluir a estruturação do Porto de Laguna através da unificação de sua gestão com a institucionalização do Complexo Portuário Imbituba x Laguna.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A SCPAR está constantemente aprimorando suas práticas de Governança Corporativa, especialmente após o advento da Lei Federal nº 13.303 de 2016, conhecida como a Lei das Estatais, que trouxe maior profissionalismo para a gestão pública. Para tanto, a empresa contempla em seu Planejamento Estratégico um objetivo vinculado ao aperfeiçoamento da governança corporativa do Grupo, alinhado com a métrica de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Ademais, a empresa editou normas e regulamentos, alterou seu Estatuto Social para incluir obrigações de boas práticas de gestão.

Em 2023, a Diretoria Executiva iniciou a implementação de uma comissão de gestão de riscos e *compliance*, que tem como objetivo de identificar, avaliar e mitigar os riscos que possam impactar a organização, bem como assegurar a conformidade com todas as regulamentações aplicáveis. A implementação desta comissão é essencial para proteger a organização contra riscos e garantir a conformidade com as regulamentações, reforçando o compromisso da empresa com a ética e a responsabilidade corporativa.

Destaque também para a participação da empresa no Programa de Integridade e Governança, da Controladoria Geral do Estado – CGE, que tem como função identificar os riscos de integridade mais críticos e priorizados pelo SCPAR holding, reunindo, também, o conjunto de

medidas de tratamento e resposta a esses riscos de integridade, as quais estão sendo executadas e monitoradas.

Além disso, a empresa vem mantendo um canal de denúncias que possibilita o recebimento de delações internas e externas, atrelado à Ouvidoria Interna da empresa.

As boas práticas de governança corporativa incluem, ainda, a aplicação de um regulamento de licitações e contratos, disponível ao público interno e externo, para orientar e normatizar a forma de atuação da empresa perante suas contratações, de um Comitê de Elegibilidade para atuar preventivamente no que tange ao cumprimento das obrigações mínimas do perfil de seus administradores e conselheiros fiscais no cumprimento das exigências previstas na Lei 13.303/2016, e de um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) conglomerado, que atua em todas as na Holding e suas subsidiárias, trazendo maior eficiência, segurança, uniformidade do ponto de vista de *Compliance*, controle e gestão de riscos, além de mentoria qualificada para apoio aos Conselhos de Administração (CONSAD's).

A empresa também aprimorou seus métodos de transparência, com a divulgação ao público externo da integralidade de informações relativas às licitações, contratos, demonstrativos financeiros, dentre outros.

A SCPAR também possui um Código de Conduta e Integridade para orientar todos os colaboradores e gestores a atuarem com uma compreensão clara dos valores a serem seguidos no âmbito de atuação dos negócios da empresa, trazendo orientações para o comportamento pessoal e profissional sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude. Desta forma, foi criada uma Comissão de Conduta e Integridade que tem como objetivo assegurar que todas as atividades da organização sejam conduzidas de acordo com os padrões éticos e legais. A comissão terá o papel de promover a cultura de integridade e transparência, monitorar a conformidade com as políticas internas e regulamentos externos, e atuar como um canal para a denúncia e resolução de condutas inadequadas.

2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O quadro a seguir demonstra as atividades desenvolvidas pela SCPAR, bem como seus principais clientes.

Quadro 2 – Serviços SCPAR

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES
Prestação de serviços de apoio técnico especializado	Desenvolvimento e gerenciamento de projetos de desestatização, contemplando as parcerias público-privadas, previstas na Lei 11.079/2004, as concessões regulamentadas pela Lei 8.987/1995, as privatizações e demais alienações de ativos do Estado de Santa Catarina, onde são realizados estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização.	Secretarias de Estado e órgãos da administração direta e indireta do Governo de Santa Catarina.
	Prestar assessoria para o Estado de Santa	

	Catarina por meio de articulação aos interessados em investir em Santa Catarina assumindo o papel de Agência de Atração de Investimentos.	
Gestão de Ativos e Participações Acionárias	Atuação nas empresas investidas, por meio da participação nos Conselhos de Administração, com o direcionamento estratégico, adotando regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno.	SCPAR Porto de Imbituba S.A. SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. Sapiens Parque S.A. TAC - Motors Automotiva Catarinense S.A. Fundo SC-FIP Capital Semente Inovação
	Promover uma gestão profissional e centralizada de Ativos Públicos.	Secretarias de Estado e órgãos da administração direta e indireta do Governo de Santa Catarina.
Gestão Portuária	Apoio na modernização das práticas de gestão e na administração dos empreendimentos portuários, com vistas a garantir sua eficiência.	SCPAR Porto de Imbituba S.A. SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.
	Operação direta de empreendimento portuário	SCPAR Porto de Laguna

2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

2.3.1 Desempenho das Subsidiárias e Filial (SCPAR Porto de São Francisco do Sul, SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de Laguna)

As subsidiárias da companhia, SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de São Francisco do Sul, conquistaram grandes marcas em relação ao ano anterior. Em 2023, a SCPAR Porto de São Francisco do Sul obteve excelentes resultados operacionais: a movimentação total de cargas foi de 16,8 milhões de toneladas, superando em 33% a de 2022 (12,6 milhões). O ano de 2023 consagrou as atividades portuárias em Imbituba com nova movimentação recorde histórica de 7.697 (sete milhões, seiscentos e noventa e sete mil) toneladas movimentadas, representando um crescimento de, aproximadamente, 8% em relação ao ano de 2022.

No aspecto econômico-financeiro, a SCPAR Porto de Imbituba S.A encerrou o ano de 2023 com um lucro líquido de R\$ 37.816.915,26 (trinta e sete milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e quinze reais e vinte e seis centavos) e uma Receita Operacional Líquida descontada a Receita de Construção em R\$ 76.437.437,62 (setenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos), representando um crescimento de 14% em relação ao ano imediatamente anterior. Constatou-se, ainda, que as Receitas Financeiras tiveram participação relevante nos resultados de 2023, uma vez que totalizaram a quantia de R\$ 22,7 milhões.

Uma das principais ações no Porto de São Francisco do Sul S.A., em 2023, foi viabilizar junto aos órgãos intervenientes a autorização para uso do novo portão de acesso. Após a abertura, as operações tiveram uma nova dinâmica, registrando aumentos consideráveis nas produtividades. Exemplo disso é o aumento substancial na capacidade de receber veículos diariamente, passando de 500 para 1.500.

Diante disto, o resultado (lucro) do período compreendido entre 01.01.2023 a 31.12.2023, no valor de R\$ 29,7 milhões de reais, foi impactado positivamente pelo aumento na produção de soja e milho, aumentando assim os embarques para exportação.

Por fim, na filial Porto de Laguna, assumida pela SCPAR em 16/10/2019, em 2023, foram desembarcadas 6.785,142 toneladas de pescado, distribuídas em 413 operações. O desembarque de pescados foi responsável pelo faturamento de R\$ 718.492,13. Já a atracação culminou em um resultado de R\$ 70.963,78. Nesse ano também houve greve dos pescadores de sardinha, embora, na segunda quinzena do mês de março, as perdas não tenham sido sentidas devido ao maior volume pescado ter acontecido no mês de maio de 2023. Outras receitas nesse período foram: R\$ 467.335,69, referentes às cessões de usos onerosas de áreas não operacionais do Porto de Laguna, Fábrica de Gelo e Posto de combustível Náutico e R\$ 101.640,00 relativos às autorizações temporárias de uso de áreas não operacional do Porto de Laguna.

Assim, em 2023, a SCPAR Porto de Laguna faturou um total de R\$1.358.431,60.

2.3.2 Desempenho SCPAR

No exercício de 2023 a SCPAR apresentou um Lucro de R\$ 23,7 milhões, ante um resultado positivo de R\$13,5 milhões em 2022. Este lucro são decorrentes do resultado positivo da equivalência patrimonial na investida Sapiens Parque e dividendos dos Portos.

No que diz respeito aos portos de Imbituba e São Francisco do Sul, a empresa tem direito a receber os dividendos obrigatórios das controladas. Contudo, por força do contrato de Delegação da administração dos portos, a SCPAR necessita reinvestir essa receita em atividades/estruturas/demandas exclusivas destes portos. Até a presente data a SCPAR Holding não recebeu das subsidiárias, SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A e da SCPAR Porto de Imbituba S.A., os dividendos obrigatórios sobre o Lucro Líquido dos exercícios de 2019 a 2022, conforme previsto na Lei Federal no 6.404/76, no montante de R\$ 34,5 milhões.

Dividendos a Receber	2019	2020	2021	2022	Total
SCPar Porto de Imbituba S.A.		2.595.346,90	3.220.564,50	25.767.768,98	31.583.680,38
SCPar Porto de São Francisco do Sul S.A.	979.006,81	524.621,79	0,00	1.488.279,30	2.991.907,90
Total					34.575.588,28

A filial SCPAR Porto de Laguna, apesar de apurar uma receita no valor de R\$1,1 milhão, apresentou resultado negativo de R\$3,3 milhões devido à necessidade de investimentos e custeio operacional no exercício de 2023.

Em 2023, o Sapiens Parque apresentou um lucro líquido de R\$ 6,9 milhões, inferior ao ano de 2022, que havia sido de R\$ 17,7 milhões.

A SCPAR possui participações acionárias na TAC Tecnologia Automotiva Catarinense, cujo valor importa em R\$ 6,2 milhões; na Rossin Automotiva S/A, com valor de R\$ 2,5 milhões; e na Proeza Automotiva S.A., cujo valor importa em R\$ 0,4 milhão. As referidas participações acionárias foram provisionadas como perda na realização de participações no valor total de R\$ 9,1 milhões e que foram interpostas ações judiciais na 3ª Vara Cível da Capital, da SCPAR contra as empresas, com vistas à recuperação das perdas apontadas.

A SCPAR também é detentora de 0,50% (R\$ 0,3 milhão) do capital social da Santa Catarina Participação e Investimentos S/A – INVESC, sendo o Estado de Santa Catarina o acionista majoritário.

Tabela 1 – Investimentos e Receitas recebidos/à receber referente ao ano 2023		
Investimentos	Receita (R\$)	financeiro total (%)
Participações acionárias		
Dividendos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.	25.767.768,98	75,81%
Dividendos da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.	1.488.279,30	4,38%
Subtotal	27.256.048,28	80,18%
Receita Operacional		
Receita Portuária – SCPAR Porto de Laguna	1.361.088,22	4,00%
Receita de Consultoria	0,00	0,00%
Subtotal	1.361.088,22	4,00%
Receita financeira		
Juros Atvios	4.780.840,77	14,06%
Variação monetária ativa	593.696,66	1,75%
Outros rendimentos	0,00	0,00%
Subtotal	5.374.537,43	15,81%
TOTAL	33.991.673,93	100,00%
Fonte: elaborada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da empresa		

A SCPAR auferiu lucro de R\$23.719.035,70 no exercício de 2023, conforme se observa na Tabela 2. Tal resultado é decorrente principalmente devido ao resultado da equivalência patrimonial positiva decorrente da investida Sapiens Parque e da distribuição de dividendos do Porto de Imbituba.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado do Exercício de 2023

Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.167.504,43	2.258.372,25
Prestação de serviços (nota 20)	1.361.088,22	2.633.670,22
(-) Impostos sobre serviços (nota 21)	(193.583,79)	(375.297,97)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(1.776.181,73)	(1.121.833,41)
Custos dos Serviços	(1.776.181,73)	(1.121.833,41)
LUCRO BRUTO	(608.677,30)	1.136.538,84
DESPESAS OPERACIONAIS	(10.379.381,06)	(11.758.710,05)
Despesas Pessoal e Encargos	(7.133.569,82)	(8.076.952,64)
Despesas Gerais e Administrativas	(695.156,69)	(429.830,56)
Serviços de Terceiros	(2.384.068,36)	(3.175.472,08)
Depreciação	(166.586,19)	(76.454,77)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	29.610.411,50	19.511.025,64
Resultado da Equivalência Patrimonial (nota 11.1)	2.333.751,91	16.250.461,14
Dividendos dos Portos	27.256.048,28	3.220.564,50
Recuperação de Despesas	49.000,00	40.000,00
Outras Despesas Operacionais	(28.388,69)	
RESULTADOS ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS	18.622.353,14	8.888.854,43
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDOS (nota 22)	5.096.682,56	4.692.789,73
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23.719.035,70	13.581.644,16
Imposto de Renda Sobre Lucro (nota 23)	-	-
Contribuição Social Sobre Lucro (nota 23)	-	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO do EXERCÍCIO	23.719.035,70	13.581.644,16
Lucro/Prejuízo por Ação	0,10	0,06

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras

2.3.3 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios (2023)

O orçamento de custeio e investimento, aprovado no âmbito do Conselho de administração, a SCPAR Matriz realizou 55% e Filial (Porto de Laguna) realizou 83%, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Orçamento 2023

TABELA 3 - ORÇAMENTO MATRIZ

	Descrição	Previsão de 2023	Realizado em 2023
I	TOTAL CUSTEIO	13.882.350	7.714.478
I.I	SALÁRIOS E ENCARGOS	11.746.605	6.531.200
	TOTAL SALÁRIOS	6.934.144	5.101.975
	TOTAL DE ENCARGOS	4.812.461	1.429.225
I.II	IMPOSTOS E TAXAS	231.107	19.907
I.III	DESPESAS OPERACIONAIS	140.797	12.860
I.IV	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	550.488	380.321
I.VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.211.431	497.686
I.VII	DESPESAS FINANCEIRAS	1.922	272.503
II	TOTAL INVESTIMENTOS	241.180	5.305
	TOTAL GERAL (I+II)	14.123.530	7.719.783
	Percentual realizado		55%

TABELA 3 - ORÇAMENTO FILIAL - PORTO DE LAGUNA

	Descrição	Previsão de 2023	Realizado em 2023
I	TOTAL CUSTEIO	5.583.524	4.765.845
I.I	SALÁRIOS E ENCARGOS	495.265	589.510
	TOTAL SALÁRIOS	285.532	440.101
	TOTAL DE ENCARGOS	209.732	149.409
I.II	IMPOSTOS E TAXAS	237.964	193.584
I.III	DESPESAS OPERACIONAIS	81.861	0
I.IV	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	810.163	314.835
I.VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.956.350	3.662.564
I.VII	DESPESAS FINANCEIRAS	1.922	5.352
II	TOTAL INVESTIMENTOS	228.000	79.207
	TOTAL GERAL (I+II)	5.811.524	4.845.051
	Percentual realizado		83%

2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresenta-se, a seguir, a descrição da composição e da remuneração da administração do exercício social de 2023, 2022 e 2021:

Quadro 3 – Remuneração 2023

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2023 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. N° total de membros	4	8	3	3
b. N° de membros remunerados	4	8	3	3
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	476.064,55	253.676,16	95.128,56	95.128,56
Benefícios diretos e indiretos*	62.013,12**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	0,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	7.771,26	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	12.206,78	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	538.077,70	253.676,16	95.128,56	95.128,56

**Considera-se benefícios indiretos vale alimenta o, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis

Quadro 4 – Remuneração 2022

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2022 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. Nº total de membros	2	8	3	3
b. Nº de membros remunerados	2	8	3	3
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	353.275,35	253.676,16	95.128,56	95.128,56
Benefícios diretos e indiretos*	42.345,10**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	0,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	10.530,49	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	14.979,31	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessaçã do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	395.620,45	253.676,16	95.128,56	95.128,56

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis

Quadro 5 – Remuneração 2021

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2021 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. N° total de membros	3	7	2	1
b. N° de membros remunerados	3	7	2	1
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	609.374,48	253.676,16	63.419,04	31.709,52
Benefícios diretos e indiretos*	47.316,00**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	0,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	8.018,68	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	13.723,41	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessaçã do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	656.690,48	253.676,16	63.419,04	95,128,56

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

2.5.1 Matriz de riscos

A Análise de Riscos Institucionais advinda da Estratégia de Longo Prazo: 2024-2028 da SCPAR detêm os macros fatores de risco aplicáveis ao negócio da empresa, bem como sua macroestrutura de controle e gerenciamento desses riscos. Tal análise pode ser observada por meio do quadro abaixo:

Quadro 6 – Análise de Riscos:

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
Promover as parcerias, arrendamentos e concessões	Questionamentos de órgãos contábeis (MP e TCE) aos projetos	Os órgãos de controle são stakeholders diretos dos processos de desestatização, pois fiscalizam e tem o poder de impugnar qualquer projeto de concessão ou privatização.	Construir os processos em atendimento a todas as orientações dos órgãos de controle, como portarias, resoluções e instruções normativas. Além disso, estreitar o relacionamento da SCPAR com o TCE-SC por meio de visitas à entidade para debater os processos de desestatização do estado de Santa Catarina.
Garantir a eficiência da operação portuária	Perda da delegação	A perda de delegação pode decorrer do não cumprimento por parte do Estado dos requisitos exigidos pelo Governo Federal no Convênio de Delegação.	Demonstrar a melhoria na gestão dos portos delegados; demonstrar a contribuição econômica e social dos portos para o Estado de SC, por meio de evidências objetivas. Realizar um controle efetivo das obrigações exigidas nos convênios de delegação.

<p>Garantir a eficiência da operação portuária</p>	<p>Crescimento dos portos privados concorrentes, que possuem melhores tecnologias e maior poder de investimento.</p>	<p>Os portos privados possuem mais liberdade de negociação tarifária; não se submetem aos ditames legais nos processos de arrendamentos; fazem gestão voltada para resultados; e tem capacidade de investimento.</p>	<p>Modernizar os portos de interesse público; fazer gestão voltada para resultados; estabelecer política comercial, com ampliação dos arrendamentos e atração de novas cargas.</p>
<p>Prestar serviços de Apoio Técnico Especializado na Estruturação e Gestão de Parcerias e Investimentos</p>	<p>Novos entrantes no mercado de estruturação de projetos no Estado e potencial rompimento de parcerias institucionais</p>	<p>O mercado de PPPs e Concessões é aquecido, novas instituições no estado tem se mostrado interessadas na atuação de estruturação de projetos de PPPs e Concessões. Para ganhar a expertise atual o Estado se valeu de parcerias institucionais importantes, com bancos de fomento, por exemplo. Um rompimento brusco não é o caminho mais indicado.</p>	<p>Atuar em parceria com instituições estaduais e outros entes, como bancos de desenvolvimento, delimitando as atuações de forma clara e atuando com cooperações institucionais, evitando atuações isoladas. Preferencialmente utilizar-se dos modelos de associação (oportunidade de negócio) previstas no art. 28 da Lei 13.303/2016 para atuar com tais instituições.</p>
<p>Promoção e Atração de Investimentos</p>	<p>Dificuldade em comunicar o retorno econômico da atividade</p>	<p>A atividade de atração de investimentos é primordial para o desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda para os catarinenses, contudo a atividade empresarial de Promoção e Atração de Investimentos não se traduz em retorno financeiro direto para atividade, para a companhia, mas sim em aumento da arrecadação para o</p>	<p>Investir em uma área de monitoramento e acompanhamento da atividade de atração de investimentos, com business intelligence, avaliando a performance da atividade e a geração de valor para o acionista. Área de tecnologia da informação e comunicação precisam ser profissionalizadas.</p>

		seu acionista.	
--	--	----------------	--

REFERÊNCIAS

_____. **Estratégia de Longo Prazo da SC Participações e Parcerias: 2024-2028.**

Disponível em: < <http://transparencia.scpa.r.sc.gov.br/scpa.r/gestao/planos-relatorios-e-indicadores/estrategia-de-longo-prazo>>. Acesso em: 27 mai. 2024.

_____. **Plano de Negócios Anual 2024.** Disponível em: Disponível em:

<<http://transparencia.scpa.r.sc.gov.br/scpa.r/gestao/planos-relatorios-e-indicadores/plano-de-negocios-anual>>. Acesso em: 27 mai. 2024.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **U89GP1Z5**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **GISELE DE FARIA** (CPF: 003.XXX.469-XX) em 19/06/2024 às 17:33:17
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/02/2019 - 16:16:28 e válido até 28/02/2119 - 16:16:28.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MICHELE ALVES CORREA REBELO** (CPF: 861.XXX.799-XX) em 19/06/2024 às 17:39:14
Emitido por: "SGP-e", emitido em 22/03/2019 - 17:12:15 e válido até 22/03/2119 - 17:12:15.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA** (CPF: 901.XXX.921-XX) em 20/06/2024 às 09:12:16
Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/03/2019 - 17:29:11 e válido até 21/03/2119 - 17:29:11.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA** (CPF: 018.XXX.717-XX) em 20/06/2024 às 09:39:22
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:00:11 e válido até 13/07/2118 - 15:00:11.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **SYDNEY HERCILIO DA ROSA FILHO** (CPF: 015.XXX.869-XX) em 20/06/2024 às 09:52:52
Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/01/2023 - 14:56:28 e válido até 18/01/2123 - 14:56:28.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO** (CPF: 063.XXX.228-XX) em 20/06/2024 às 14:53:52
Emitido por: "SGP-e", emitido em 17/04/2023 - 15:59:11 e válido até 17/04/2123 - 15:59:11.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MÁRIO POVIA** em 21/06/2024 às 08:43:04
Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/03/2021 - 08:11:30 e válido até 11/03/2121 - 08:11:30.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JOSE EDELTRUDES DA COSTA FERREIRA NETO** (CPF: 054.XXX.294-XX) em 21/06/2024 às 12:09:35
Emitido por: "SGP-e", emitido em 12/04/2023 - 13:43:13 e válido até 12/04/2123 - 13:43:13.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MARCELO WERNER SALLES** em 22/06/2024 às 09:12:59
Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/03/2021 - 08:10:51 e válido até 11/03/2121 - 08:10:51.
(Assinatura do sistema)



Assinaturas do documento



Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQQVJfMTA1NDJfMDAwMDA2ODIfNjg5XzlwMjRfVTg5R1AxWjU=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPAR 0000689/2024** e o código **U89GP1Z5** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.